

Tese sobre responsabilidade por danos a trabalhador foi destaque

O Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou, nesta quinta (12/3), tese que define os critérios para concluir pela [responsabilização objetiva](#) do empregador em caso de danos ao trabalhador. A constitucionalidade dessa responsabilização foi declarada pelo órgão julgador no final do ano passado, mas restava ainda deliberar sobre a tese, já que o caso foi julgado em repercussão geral.

A tese definida foi: O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil é compatível com artigo 7º, inciso 28 da Constituição Federal, sendo constitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo trabalhador tem por finalidade a produção de risco de [lesão à integridade lesiva](#).



Câmaras de arbitragem não precisam fornecer informações à Receita

Justiça do RJ dá 25% de desconto na conta da água para consumidor

TRT-2 reconhece vínculo entre entregador e aplicativo Rappi

Coronavírus faz tribunais restringirem acesso a julgamentos

Segunda (9/3)

Terça (10/3)

Quarta (11/3)

Quinta (12/3)

STJ reverte acórdão que havia penhorado dinheiro de poupança

Juizes de SP devem retirar sigilo externo de cautelares cumpridas

Emenda que legaliza jogos de azar vai a plenário da Câmara

Após 62 anos, STF nega posse da União por terras devolutas

Acesso restrito

Com o aumento de casos de coronavírus no Brasil, diversos tribunais adotaram uma série de medidas para evitar o contágio. No [Supremo](#), o acesso aos julgamentos em Plenário ou nas turmas só será permitido aos advogados das partes. A mesma regra foi adotada no [TSE](#) e no [CNJ](#).

O Supremo também decidiu suspender as [audiências públicas](#) sobre marco civil da internet e juiz das garantias, que estavam marcadas para março.

Já o [TST](#) e o [STJ](#) decidiram autorizar o *home office* àqueles que viajaram a locais onde há registros de casos de coronavírus. O acesso ao público nos tribunais também foi vetado, inclusive nas bibliotecas e

restaurantes.

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu [suspender os prazos](#) processuais por 30 dias. Nas salas de audiência e sessões do Tribunal do Júri, só devem entrar quem vai participar do ato.

Frase da semana

Nunca se fez tão necessária uma barricada intelectual, cívica, científica e prática pela liberdade. (...) A liberdade tem muitos inimigos, mas seu maior amigo é a Constituição Federal”

Ayres Britto, ministro aposentado do STF e presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare, [durante lançamento](#) da nova edição do Prêmio Innovare

Entrevista da semana



"Quem quiser ser juiz não pode se manifestar contra ou a favor de partidos

políticos. Isso viola o que há de mais sagrado na nossa carreira. E muito menos ser veículo para fake news", afirmou em [entrevista à ConJur](#) o ministro do STJ Herman Benjamin, diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Segundo o ministro, o juiz, como parte da ritualística da própria função, não pode ser um exibicionista, não pode colocar a sua privacidade no plano público, porque não é possível separar a figura do juiz ou juíza de sua pessoa privada.

Ranking

ConJur

**3,3 milhões**número de visualizações
de página na ConJur**1,8 milhão**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 81,6 mil acessos, a [notícia mais lida](#) foi sobre a decisão do TST

que autorizou a substituição do depósito recursal por seguro garantia.

Estima-se que a decisão pode movimentar em torno R\$ 30 bilhões, que hoje estão depositados judicialmente pelas empresas nos processos trabalhistas.

"Caso a decisão seja seguida não só pelos demais ministros do TST, como também por todo o Judiciário Trabalhista, isso afetará a dinâmica dos processos judiciais, incentivando, inclusive, a interposição de recursos às instâncias superiores", avalia o advogado Ricardo Calcini.

Com 76,6 mil visualizações, a [segunda notícia mais lida](#) mostra a decisão do juiz Átila da Rold Roesler, da 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, reconheceu o vínculo trabalhista entre o Uber e um motorista e determinou que a empresa assine a carteira do trabalhador.

A decisão contraria o entendimento da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que entende que os aplicativos de transporte de passageiros prestam um serviço de intermediação e, por isso, o motorista que usa a plataforma não tem relação trabalhista.

As dez mais lidas

[Seguro garantia no processo trabalhista pode "devolver" R\\$ 30 bilhões a empresas](#)

[Juiz no RS reconhece vínculo e determina que Uber assine carteira de trabalho](#)

[STJ reverte acórdão que havia penhorado dinheiro de caderneta de poupança](#)

[INSS evoca CPC/73 para rescindir decisão transitada em julgado nos JEFs](#)

[Mulher que engravidou durante aviso-prévio receberá indenização](#)

[A falta que a Avenida Niemeyer faz à cidade do Rio de Janeiro](#)

[Glória Heloiza, titular da 2ª Vara da Infância no Rio, pede exoneração do cargo](#)

[Justiça determina quebra de sigilo em sala de deputado ligado a Eduardo Bolsonaro](#)

[Defesa pede no STF inclusão de conversa com peritos no caso do Instituto Lula](#)

[Investidor gravado pelo Itaú se gabando de ter "insider" é condenado a pagar R\\$ 100 mil](#)

Manchetes da Semana

[Licença-maternidade só começa a contar após a alta hospitalar, determina Fachin](#)

[Crimes de poluição qualificada são de natureza permanente, determina STJ](#)

[Estado pode ser obrigado a pagar por remédio de alto custo fora da lista do SUS](#)

[Bem alienado fiduciariamente não pode ser penhorado por terceiro, afirma STJ](#)

[Seguro garantia no processo trabalhista pode "devolver" R\\$ 30 bilhões a empresas](#)

[Sem juizados especiais da Fazenda, processo é julgado na Justiça comum](#)

[Declaração pessoal de pobreza basta para garantir justiça gratuita, decide TST](#)

[Plano de saúde que mantém hospital responde solidariamente por falha](#)

[Juiz não pode ser exibicionista e canal de fake news , diz ministro Herman Benjamin](#)

[Juiz em SP é impedido de recolher DNA de submetidos a audiência de custódia](#)

[Lei estadual pode permitir venda de bebida alcoólica não destilada em estádios](#)

Date Created

14/03/2020